



GRÊMIO ESTUDANTIL E DEMOCRACIA ESCOLAR: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À PARTICIPAÇÃO JUVENIL

STUDENT COUNCILS AND SCHOOL DEMOCRACY: CONTEMPORARY
CHALLENGES TO YOUTH PARTICIPATION

CONSEJOS ESTUDIANTILES Y DEMOCRACIA ESCOLAR: DESAFÍOS
CONTEMPORÂNEOS PARA LA PARTICIPACIÓN JUVENIL

Vinicius da Silva Freitas

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2920-3998>

Universidade Federal do Acre (UFAC) - Acre - Brasil

Rogério Cerqueira da Silva

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0008-4640-1236>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) - Espírito
Santo - Brasil

Adelcio Machado dos Santos

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) - Santa Catarina - Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v7i1.19564

Resumo: Este artigo analisa as transformações históricas do grêmio estudantil e os desafios que marcam sua atuação como instância de participação democrática na escola pública brasileira. O estudo fundamenta-se em pesquisa qualitativa de caráter histórico-documental e bibliográfico, desenvolvida a partir da análise de registros disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e de literatura especializada sobre democracia escolar, participação juvenil e movimento estudantil. Os resultados evidenciam que os grêmios estudantis desempenharam papel relevante na formação cidadã e na construção de práticas democráticas ao longo da história da educação brasileira, constituindo espaços de representação, mobilização e participação discente. A análise indica que as limitações observadas na contemporaneidade não decorrem da ausência de interesse dos jovens pela participação coletiva, mas de processos de reconfiguração institucional que reduziram sua autonomia e inserção nos processos decisórios escolares. Conclui-se que o fortalecimento dos grêmios estudantis depende da ampliação das oportunidades efetivas de participação e do reconhecimento dessas entidades como componentes estratégicos da gestão democrática. Ao articular fontes históricas e literatura especializada, o estudo contribui para a compreensão das transformações da participação estudantil e dos desafios contemporâneos da democratização da escola pública.

Palavras-chave: Democracia escolar. Grêmio estudantil. Participação juvenil

Abstract: This article analyzes the historical transformations of student councils and the challenges that characterize their role as democratic participation bodies in Brazilian public schools. The study is based on qualitative historical-documentary and bibliographic research, drawing on records available in the Brazilian National Library Digital Newspaper Archive and on specialized literature concerning school democracy, youth participation, and student movements. The findings show that student councils have historically played an important role in citizenship education and in the development of democratic practices, functioning as spaces for representation, mobilization, and student participation. The analysis indicates that the limitations currently faced by these organizations are not primarily related to young people's lack of interest in collective participation, but rather to institutional reconfigurations that have reduced their autonomy and influence in school decision-making processes. It is concluded that strengthening student councils depends on expanding effective opportunities for participation and recognizing these organizations as strategic components of democratic school governance. By combining historical sources and specialized literature, the study contributes to understanding the transformations of student participation and the contemporary challenges of democratizing public education.

Keywords: School democracy. Student councils. Youth participation

Resumen: Este artículo analiza las transformaciones históricas de los consejos estudiantiles y los desafíos que caracterizan su actuación como instancias de participación democrática en la escuela pública brasileña. El estudio se fundamenta en una investigación cualitativa de carácter histórico-documental y bibliográfico, desarrollada a partir del análisis de registros disponibles en la Hemeroteca Digital de la Biblioteca Nacional y de literatura especializada sobre democracia escolar, participación juvenil y movimiento estudiantil. Los resultados evidencian que los consejos estudiantiles desempeñaron un papel relevante en la formación ciudadana y en la construcción de prácticas democráticas a lo largo de la historia de la educación brasileña, constituyéndose como espacios de representación, movilización y participación estudiantil. El análisis indica que las limitaciones observadas en la actualidad no se deben a la falta de interés de los jóvenes por la participación colectiva, sino a procesos de reconfiguración institucional que redujeron su autonomía y su participación en los procesos de toma de decisiones escolares. Se concluye que el fortalecimiento de los consejos estudiantiles depende de la ampliación de oportunidades efectivas de participación y del reconocimiento de estas entidades como componentes estratégicos de la gestión democrática. Al articular fuentes históricas y literatura especializada, el estudio contribuye a la comprensión de las transformaciones de la participación estudiantil y de los desafíos contemporáneos de la democratización de la escuela pública.

Palabras clave: Consejos estudiantiles. Democracia escolar. Participación juvenil

Introdução

A gestão democrática constitui um dos princípios estruturantes da educação pública brasileira, estando prevista na Constituição Federal de 1988 e reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Mais do que um dispositivo normativo, a democratização da escola pressupõe a criação de

mecanismos efetivos de participação dos diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar, entre eles os estudantes. Nesse contexto, a participação discente assume papel relevante na construção de práticas coletivas de diálogo, representação e tomada de decisões, contribuindo para a formação cidadã e para o fortalecimento da cultura democrática no ambiente educacional.

A compreensão da democracia como prática cotidiana encontra respaldo nas reflexões de Freire (1996), para quem a educação deve favorecer a constituição de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade e atuar sobre ela. Em perspectiva convergente, Dewey (1979) defende que a escola deve funcionar como uma comunidade democrática, na qual os estudantes tenham oportunidades concretas de cooperação, deliberação e participação. Sob esse entendimento, a vivência democrática não se limita à aprendizagem de conteúdos relacionados à cidadania, mas envolve experiências efetivas de participação nos processos que organizam a vida escolar.

Entre os diferentes mecanismos de representação estudantil existentes na escola, o grêmio estudantil ocupa posição de destaque. Reconhecido legalmente pela Lei nº 7.398/1985, conhecida como Lei do Grêmio Livre, esse organismo constitui uma instância de representação dos interesses dos estudantes e um espaço potencial de exercício da participação política, da organização coletiva e do protagonismo juvenil. Para além de sua dimensão organizativa, o grêmio pode contribuir para o desenvolvimento de competências relacionadas ao diálogo, à mediação de conflitos, à construção de consensos e ao exercício da cidadania.

Historicamente, os grêmios estudantis estiveram associados a diferentes formas de mobilização juvenil e participação política. Conforme demonstram estudos sobre o movimento estudantil brasileiro, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, as organizações estudantis desempenharam papel relevante na promoção de debates educacionais, culturais e sociais, constituindo espaços de formação política e engajamento coletivo (Marques, 2020). Entretanto, transformações ocorridas no cenário educacional e nas formas de participação juvenil contribuíram para reconfigurar o papel dessas organizações no interior das escolas.

Embora a legislação assegure a existência dos grêmios estudantis e a literatura reconheça sua importância para a formação democrática, diversos estudos apontam limitações relacionadas à sua autonomia, à participação efetiva nos processos

decisórios e ao reconhecimento institucional de suas ações Bianco e Nonato (2008) e Moura (2013). Em muitas escolas, a atuação gremista permanece restrita a atividades recreativas ou pontuais, reduzindo as possibilidades de intervenção dos estudantes em questões pedagógicas, administrativas e políticas que afetam diretamente a vida escolar. Tal cenário evidencia uma tensão entre o reconhecimento formal da participação estudantil e as condições concretas oferecidas para seu exercício.

Paralelamente, pesquisas sobre juventude e participação social indicam que o aparente afastamento dos estudantes dos espaços institucionais não deve ser interpretado como desinteresse pela vida coletiva. Dayrell (2007) e Abramo (1997) argumentam que a participação juvenil assume formas diversas e está diretamente relacionada às oportunidades de expressão e reconhecimento oferecidas pelas instituições. Sob essa perspectiva, compreender o papel contemporâneo do grêmio estudantil exige analisar não apenas suas funções formais, mas também as transformações históricas e institucionais que influenciaram sua atuação ao longo do tempo.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder à seguinte questão: qual é o papel atual do grêmio estudantil nas escolas públicas brasileiras e quais fatores ajudam a explicar o enfraquecimento de sua atuação como espaço de participação democrática? Para responder a essa problemática, o artigo tem como objetivo analisar as transformações históricas do grêmio estudantil e compreender os desafios que marcam sua atuação contemporânea na escola pública brasileira.

Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa de caráter histórico-documental e bibliográfico, fundamentada na análise de documentos históricos e na literatura especializada sobre democracia escolar, participação juvenil e movimento estudantil.

Democracia escolar, participação juvenil e grêmio estudantil

A discussão sobre o papel do grêmio estudantil está diretamente relacionada ao debate acerca da democracia escolar e da participação dos diferentes sujeitos que compõem a comunidade educativa. No contexto brasileiro, a gestão democrática constitui um princípio estruturante da educação pública, previsto na Constituição Federal de 1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(Lei nº 9.394/1996). Embora a legislação reconheça a participação como elemento fundamental para a organização das instituições de ensino, a efetivação desse princípio depende da existência de espaços concretos que permitam o diálogo, a representação e a atuação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.

Nessa perspectiva, a democracia escolar não pode ser compreendida apenas como um conjunto de normas administrativas ou mecanismos formais de consulta. Trata-se de uma prática social construída cotidianamente por meio da participação dos sujeitos nos processos de discussão, decisão e acompanhamento das ações desenvolvidas pela escola. Freire (1996) defende que a educação deve favorecer a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a realidade e atuar sobre ela. Para o autor, o diálogo constitui condição essencial para a construção de relações democráticas, uma vez que possibilita o reconhecimento dos indivíduos como participantes ativos do processo educativo.

Essa compreensão aproxima-se das formulações de Dewey (1979), para quem a democracia representa uma forma de vida associada à experiência coletiva. Segundo o autor, a escola deve constituir um espaço privilegiado de convivência democrática, permitindo que os estudantes desenvolvam competências relacionadas à cooperação, à responsabilidade compartilhada e à participação nas decisões que afetam a vida em comunidade. Sob essa perspectiva, a formação para a cidadania não ocorre exclusivamente por meio da transmissão de conteúdos, mas pela vivência de práticas participativas no cotidiano escolar.

No contexto da educação brasileira, Saviani (2008) ressalta que a formação humana envolve tanto a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos quanto o desenvolvimento da capacidade crítica necessária à compreensão das relações sociais. A participação estudantil, portanto, não deve ser entendida como elemento complementar da vida escolar, mas como dimensão constitutiva do processo educativo. A democratização da escola exige que os estudantes sejam reconhecidos como sujeitos capazes de contribuir para a construção coletiva dos projetos e das ações desenvolvidas pela instituição.

Entre os diferentes mecanismos de participação existentes no espaço escolar, o grêmio estudantil ocupa posição de destaque. Reconhecido legalmente pela Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, conhecida como Lei do Grêmio Livre, esse organismo constitui uma instância de representação dos interesses dos estudantes e

um importante espaço de exercício da participação democrática. Além de representar as demandas do corpo discente, o grêmio possibilita experiências relacionadas à organização coletiva, à mediação de conflitos, à negociação de interesses e à construção de propostas voltadas para a melhoria da vida escolar.

A importância do grêmio estudantil também pode ser compreendida a partir das discussões sobre juventude e participação social. Dayrell (2007) argumenta que a juventude não deve ser entendida como uma categoria homogênea, mas como uma condição social marcada por diferentes experiências, trajetórias e formas de inserção na vida coletiva. Para o autor, as instituições escolares frequentemente apresentam dificuldades em reconhecer as culturas juvenis e incorporar as demandas dos estudantes aos processos decisórios. Como consequência, muitos jovens passam a perceber os espaços institucionais de participação como pouco representativos de seus interesses e necessidades.

Em perspectiva semelhante, Abramo (1997) destaca que as formas de participação juvenil se transformam ao longo do tempo, acompanhando mudanças sociais, culturais e políticas. A participação dos jovens não desaparece quando determinados espaços institucionais se enfraquecem; ao contrário, tende a se reorganizar por meio de novas estratégias de mobilização e expressão coletiva. Essa reflexão contribui para compreender que eventuais dificuldades enfrentadas pelos grêmios estudantis não podem ser interpretadas simplesmente como resultado do desinteresse dos estudantes pela vida política ou pela participação social.

A formação para a cidadania pressupõe oportunidades concretas de participação. Nesse sentido, a UNESCO (2010) enfatiza que a educação cidadã não se limita ao ensino de conceitos relacionados à democracia e aos direitos sociais, mas exige experiências efetivas de envolvimento dos estudantes nos processos coletivos de tomada de decisão. A participação constitui, portanto, um processo de aprendizagem que se desenvolve por meio da prática e da vivência de situações reais de diálogo e responsabilidade compartilhada.

Historicamente, os grêmios estudantis desempenharam papel relevante na construção da cultura democrática nas instituições de ensino. Conforme destaca Marques (2020), especialmente nas décadas de 1950 e 1960, organizações estudantis atuaram como importantes espaços de debate político, mobilização social e formação cidadã. Nesse período, os estudantes participavam ativamente de

discussões relacionadas à educação, à cultura e às transformações sociais em curso no país, contribuindo para o fortalecimento da participação juvenil na esfera pública.

A trajetória dessas organizações foi profundamente impactada pelo período da Ditadura Militar (1964–1985), quando diversas formas de organização estudantil passaram a sofrer restrições e mecanismos de controle institucional. Ainda que a redemocratização tenha restabelecido o direito à organização estudantil por meio da Lei do Grêmios Livres, a recuperação dos espaços de participação não ocorreu de forma homogênea nas escolas brasileiras. Em muitos contextos, os grêmios permaneceram afastados dos processos decisórios e pouco integrados às práticas de gestão democrática.

Essa situação pode ser compreendida a partir das reflexões de Bourdieu (1998) acerca das relações de poder presentes nas instituições sociais. O autor destaca que as estruturas institucionais tendem a reproduzir formas de autoridade e hierarquia que limitam a participação de determinados grupos. No contexto escolar, tal dinâmica pode contribuir para restringir a autonomia dos estudantes e reduzir o potencial político dos organismos de representação discente. Quando o grêmios é reconhecido apenas como responsável pela organização de eventos festivos ou atividades recreativas, sua dimensão formativa e democrática tende a ser secundarizada.

Estudos recentes reforçam essa interpretação ao apontarem que a existência formal dos grêmios não garante, por si só, a efetividade da participação estudantil. Bianco e Nonato (2008) e Moura (2013) observam que muitos grêmios enfrentam dificuldades relacionadas à falta de apoio institucional, à limitada autonomia organizativa e à reduzida inserção nos processos de tomada de decisão da escola. Nessas circunstâncias, a participação estudantil tende a assumir caráter mais simbólico do que efetivamente deliberativo.

Entretanto, experiências de mobilização estudantil observadas em diferentes contextos demonstram que os jovens continuam buscando formas de participação quando encontram condições favoráveis para sua atuação. As ocupações de escolas ocorridas em diferentes estados brasileiros entre 2015 e 2016 evidenciaram a capacidade de organização coletiva dos estudantes e seu protagonismo na defesa da educação pública.

Conforme discutem Corti e Crochik (2021), esses movimentos revelaram formas significativas de participação juvenil, marcadas pela construção de espaços de

deliberação, mobilização e exercício democrático. Tais experiências demonstram que os jovens permanecem dispostos a participar quando encontram oportunidades efetivas para expressar suas demandas e influenciar decisões que afetam a vida escolar. Esses episódios revelam que a participação juvenil permanece presente, ainda que nem sempre se manifeste por meio dos canais institucionais tradicionalmente disponíveis.

Dessa forma, o grêmio estudantil continua representando uma importante possibilidade de fortalecimento da democracia escolar e da formação cidadã. Seu potencial educativo não reside apenas na representação formal dos estudantes, mas na capacidade de criar oportunidades para o exercício do diálogo, da organização coletiva, da construção de consensos e da participação nos processos decisórios da escola. Compreender os desafios enfrentados por essas organizações implica reconhecer que as dificuldades observadas atualmente estão relacionadas não apenas às transformações das formas de participação juvenil, mas também às condições institucionais oferecidas para que a democracia seja efetivamente vivenciada no cotidiano escolar.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter histórico-documental e bibliográfico, desenvolvida com o objetivo de compreender as transformações do grêmio estudantil e os desafios relacionados à sua atuação na escola pública brasileira. A investigação partiu da compreensão de que a participação estudantil constitui um fenômeno social e histórico, cuja análise demanda o diálogo entre fontes documentais e a produção acadêmica especializada.

A opção pela pesquisa documental fundamenta-se na compreensão de que os documentos constituem importantes vestígios das práticas sociais e institucionais produzidas em diferentes contextos históricos. Conforme destaca Cellard (2008), a análise documental possibilita acessar representações, discursos e processos sociais que contribuem para a compreensão dos fenômenos investigados.

A pesquisa documental foi realizada a partir de consultas à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, acervo que reúne periódicos históricos brasileiros e possibilita o acesso a registros relacionados à vida política, social e educacional do país.

Foram realizadas buscas utilizando descritores associados ao objeto de estudo, entre eles *grêmio estudantil*, *movimento estudantil*, *representação discente* e *participação estudantil*. Os materiais localizados incluíram notícias, reportagens e notas publicadas em diferentes periódicos, os quais foram utilizados como fontes para compreender as formas de representação e participação dos estudantes em distintos contextos históricos.

As consultas à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foram realizadas entre março e abril de 2026. Foram identificados inicialmente 57 registros relacionados aos descritores "grêmio estudantil", "movimento estudantil", "representação discente" e "participação estudantil". Após aplicação dos critérios de inclusão (documentos relacionados à organização estudantil em instituições de ensino brasileiras) e exclusão (duplicidades, registros sem relação direta com o objeto de estudo e documentos sem conteúdo analítico), permaneceram 23 documentos para análise. Os materiais foram submetidos à análise temática em três etapas: leitura exploratória, codificação temática e agrupamento em categorias analíticas.

A pesquisa bibliográfica envolveu a análise de livros, artigos científicos, dissertações e teses que discutem democracia escolar, gestão democrática, juventude, participação social e movimento estudantil. Essa etapa permitiu contextualizar historicamente as evidências documentais e construir um referencial analítico capaz de subsidiar a interpretação dos dados.

A análise do material foi conduzida por meio de leitura interpretativa e análise temática, buscando identificar recorrências, aproximações e transformações relacionadas ao papel dos grêmios estudantis, às formas de participação juvenil e às condições institucionais que influenciam sua atuação. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa possibilita compreender significados, valores e práticas sociais que não podem ser reduzidos a indicadores quantitativos. Nessa perspectiva, o diálogo entre documentos históricos e literatura especializada permitiu examinar continuidades e mudanças na participação estudantil, contribuindo para a compreensão dos desafios contemporâneos enfrentados pelos grêmios estudantis no contexto da escola pública brasileira.

Por utilizar exclusivamente fontes documentais e bibliográficas de acesso público, a pesquisa não envolveu participação direta de sujeitos, dispensando procedimentos de coleta de dados em campo.

Com base nesse processo analítico, foram identificadas categorias temáticas que orientaram a interpretação dos documentos históricos e da literatura especializada, conforme sintetizado na Tabela 1.

Tabela 1 – Categorias analíticas identificadas nos documentos históricos e na literatura especializada

Categoria analítica	Evidências identificadas
Participação estudantil	Eleições estudantis, representação discente e organização coletiva
Formação cidadã	Exercício da liderança, diálogo e participação democrática
Mobilização juvenil	Campanhas estudantis, eventos culturais e ações coletivas
Gestão democrática	Interlocação entre estudantes e gestão escolar
Desafios contemporâneos	Limitações de autonomia, reconhecimento institucional e participação nos processos decisórios

Fonte: Elaboração dos autores (2026).

Resultados e discussão

A análise dos documentos históricos e da literatura especializada permitiu identificar transformações significativas no papel desempenhado pelos grêmios estudantis ao longo da trajetória da educação brasileira.

Os documentos analisados registram iniciativas relacionadas à realização de eleições estudantis, campanhas organizadas pelos próprios alunos, eventos culturais, atividades esportivas e ações voltadas à representação dos interesses do corpo discente. Embora produzidos em contextos históricos distintos, esses registros revelam a recorrência de práticas associadas à participação coletiva, à formação de lideranças e ao exercício da representação estudantil. Tais evidências sugerem que os grêmios exerciam funções que ultrapassavam o caráter recreativo, constituindo espaços de formação cidadã e participação democrática. Essa interpretação converge com a análise de Marques (2020), ao destacar a relevância histórica das organizações estudantis para a construção da cultura participativa no ambiente escolar.

Esses registros foram localizados em periódicos históricos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, permitindo identificar diferentes formas de organização e representação estudantil ao longo do período analisado.

A comparação entre os registros históricos e a literatura recente permite observar que as transformações ocorridas não estão relacionadas ao desaparecimento dos grêmios estudantis, mas à reconfiguração de suas formas de atuação. Embora a legislação brasileira assegure o direito à organização estudantil por meio da Lei nº 7.398/1985, diferentes estudos indicam que a existência formal dessas entidades não garante, necessariamente, sua participação efetiva nos processos decisórios da escola Bianco e Nonato (2008) e Moura (2013).

Nesse sentido, um dos principais resultados da pesquisa refere-se à redução da centralidade institucional dos grêmios estudantis. Enquanto os documentos históricos evidenciam formas mais amplas de atuação e representação, a literatura contemporânea aponta que, em muitas escolas, essas organizações enfrentam limitações relacionadas à autonomia, ao reconhecimento institucional e à participação nas decisões pedagógicas e administrativas. Tal cenário contribui para que parte de suas atividades seja direcionada prioritariamente para eventos recreativos e culturais, restringindo seu potencial de intervenção nos processos de gestão escolar.

Esse resultado não deve ser interpretado como indicativo de desinteresse dos jovens pela participação coletiva. Ao contrário, os estudos de Dayrell (2007) e Abramo (1997) demonstram que as formas de participação juvenil se modificam em função das oportunidades oferecidas pelas instituições sociais. A pesquisa sugere que o enfraquecimento dos grêmios está mais relacionado às condições institucionais disponíveis para sua atuação do que a uma suposta apatia política da juventude.

Essa interpretação encontra respaldo em experiências recentes de mobilização estudantil observadas no cenário educacional brasileiro. As ocupações de escolas ocorridas entre 2015 e 2016, analisadas por Rocha (2021), evidenciaram a capacidade de organização, articulação e protagonismo dos estudantes diante de questões consideradas relevantes para a comunidade escolar. Tais movimentos demonstram que os jovens permanecem dispostos a participar quando encontram espaços legítimos para expressão de suas demandas e construção de ações coletivas.

Outro aspecto identificado refere-se à relação entre democracia escolar e participação estudantil. Os referenciais teóricos analisados indicam que a formação cidadã não ocorre apenas por meio da abordagem de conteúdos relacionados à democracia, mas depende da existência de experiências concretas de participação.

Nessa perspectiva, os grêmios estudantis configuram-se como importantes espaços pedagógicos, uma vez que possibilitam aos estudantes vivenciar processos de representação, negociação, diálogo e tomada de decisões coletivas.

A análise realizada também evidencia uma contradição recorrente no contexto escolar contemporâneo. Embora a gestão democrática seja reconhecida como princípio orientador da educação pública brasileira, os espaços destinados à participação discente nem sempre recebem apoio institucional suficiente para exercer suas funções de maneira efetiva. Em muitos casos, os estudantes são formalmente convidados a participar da vida escolar, mas encontram dificuldades para influenciar decisões relacionadas ao cotidiano da instituição. Tal situação limita as possibilidades de construção de uma cultura democrática efetivamente compartilhada.

Os resultados obtidos permitem afirmar que o principal desafio enfrentado pelos grêmios estudantis na atualidade não reside em sua relevância social ou educacional, mas nas condições institucionais oferecidas para seu funcionamento. A redução dos espaços de participação, a limitada autonomia organizativa e a fragilidade dos mecanismos de representação contribuem para restringir seu potencial formativo e democrático.

Dessa forma, a pesquisa reforça a compreensão de que o fortalecimento dos grêmios estudantis ultrapassa a simples criação formal dessas entidades. Trata-se de reconhecer sua importância como instâncias de participação e de incorporá-las de maneira mais efetiva aos processos de gestão democrática da escola. Ao possibilitar que os estudantes exerçam a representação coletiva e participem das discussões relacionadas à vida escolar, o grêmio contribui para a formação cidadã e para o fortalecimento das práticas democráticas no ambiente educacional.

Considerações finais

O presente estudo analisou as transformações históricas do grêmio estudantil e os desafios que marcam sua atuação contemporânea na escola pública brasileira. A partir da análise de documentos históricos e da literatura especializada, foi possível compreender que essas organizações desempenharam papel relevante na construção da participação estudantil e da cultura democrática no ambiente escolar, constituindo importantes espaços de representação, mobilização e formação cidadã.

Os resultados indicam que as mudanças observadas ao longo do tempo não podem ser interpretadas como perda de relevância dos grêmios estudantis, mas como resultado de processos de reconfiguração institucional que afetaram sua autonomia e capacidade de intervenção nos processos decisórios da escola. Embora a legislação brasileira assegure o direito à organização estudantil, a efetividade dessa participação continua condicionada às oportunidades concretas oferecidas pelas instituições escolares.

A análise também permitiu identificar que o enfraquecimento de muitos grêmios não decorre, necessariamente, do desinteresse dos jovens pela participação coletiva. Ao contrário, as evidências discutidas sugerem que a participação estudantil permanece presente, assumindo diferentes formas de organização e mobilização quando existem condições favoráveis para sua manifestação. Nesse sentido, o fortalecimento dos grêmios depende da ampliação dos espaços de diálogo, da valorização da representação discente e da incorporação efetiva dessas entidades aos processos de gestão democrática.

Como contribuição, o estudo evidencia a importância de compreender os grêmios estudantis não apenas como estruturas formais de representação, mas como espaços pedagógicos capazes de favorecer a formação política, o desenvolvimento da cidadania e a vivência da democracia no cotidiano escolar. Ao articular documentos históricos e literatura especializada, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão das transformações que marcaram a participação estudantil no contexto da educação pública brasileira.

Embora a articulação entre fontes documentais e literatura especializada tenha possibilitado compreender aspectos relevantes da trajetória dos grêmios estudantis, os resultados devem ser interpretados à luz dos limites inerentes às fontes utilizadas. A ausência de dados produzidos diretamente com estudantes, gestores e professores restringe a análise das experiências contemporâneas de participação estudantil. Nesse sentido, investigações futuras poderão ampliar essa discussão por meio de estudos empíricos desenvolvidos em diferentes contextos escolares.

Por fim, reafirma-se que o grêmio estudantil permanece como um importante instrumento de participação democrática e formação cidadã. Seu fortalecimento representa não apenas uma estratégia de ampliação da voz dos estudantes, mas

também uma condição relevante para a consolidação de práticas democráticas mais efetivas no interior das escolas públicas brasileiras.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25-36, 1997.

BIANCO, Ariane Andrade; NONATO JÚNIOR, Raimundo. *A contribuição dos grêmios estudantis para o exercício da gestão democrática*. Curitiba: Seduc, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 5 nov. 1985.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CORTI, Ana Paula; CROCHIK, Leonardo. Ocupações secundaristas em São Paulo: juventude, participação e democracia. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 26, e260018, 2021.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.

DEWEY, John. *Democracia e educação*. São Paulo: Nacional, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARQUES, Alan da Silva. Grêmios estudantis: percurso histórico, luta política e organização estudantil. In: *SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”*, 11., 2020, Aracaju. *Anais [...]*. Recife: Even3, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/11snsp/236066-gremio-estudantil--percurso-historico-luta-politica-e-organizacao-estudantil/>. Acesso em: 30 maio 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOURA, Carlos. Grêmio estudantil e o cotidiano da escola: o jogo político escolar em um estudo de caso. *Periferia*, Duque de Caxias, v. 5, n. 2, p. 95-112, 2013.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

UNESCO. *Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI*. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

SOBRE OS AUTORES:

Vinicius da Silva Freitas

Doutor em Ciências da Reabilitação pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) e Doutor em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal do Acre (UFAC). Correio eletrônico: viniciuscarvalho34@hotmail.com

Rogério Cerqueira da Silva

Especialista em Gestão Escolar para Profissionais da Educação pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Correio eletrônico: rogerleonino@gmail.com

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Correio eletrônico: adelciomachado@gmail.com

Recebido em: 29 de maio de 2026
Aprovado em: 21 de junho de 2026
Publicado em: 30 de junho de 2026

Como Citar

FREITAS, Vinicius da Silva; SILVA, Rogério Cerqueira da; SANTOS, Adelcio Machado dos. Grêmio estudantil e democracia escolar: desafios contemporâneos à participação juvenil. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 193–207, 2026. DOI: 10.22481/poliges.v7i1.19564. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/poliges/article/view/19564>. Acesso em: 30 jun. 2026.